

O ESTUDO E A APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS COM ÊNFASE NA GESTÃO ESCOLAR NA CIDADE DE BELÉM DO PARÁ

MICHELLE SADALLA NAIF DAIBES¹

RESUMO

O presente artigo refere-se a um projeto de pesquisa bibliográfica e de campo acerca das políticas públicas educacionais e de sua relação com as ações escolares, com ênfase na gestão escolar, na cidade de Belém – Pará, além da exposição histórica das políticas públicas nacionais. O objetivo é mostrar que, ao longo de nossa história, as referidas políticas sempre estiveram voltadas para atender às vontades da realidade mercantil, embora em seu modelo de organização ou operacionalização, no interior de nossa sociedade e especialmente de nossas escolas, elas tenham sempre advogado uma intenção política em benefício popular. Por muitos anos, a escola foi fortemente utilizada como instrumento ideológico das intenções estatais, através dos mais diversos modelos de políticas públicas educacionais, como pacotes prontos e acabados, verdadeiros “kits” da educação. A metodologia está em reflexões acerca da organização, estruturação e aplicabilidade das políticas públicas educacionais, tomando como locus da pesquisa uma escola pública da rede estadual e uma escola pública da rede municipal de ensino. Desta forma, foi possível conhecer os resultados nas dimensões positivas e negativas da aplicabilidade e conhecer os principais desafios enfrentados pela escola, além de buscar perceber qual tem sido a contribuição das políticas públicas educacionais para a melhoria do ensino de qualidade. Verificou-se que, no que se refere à intenção política do estudo, a educação não é somente objeto de satisfação do apelo da sociedade pós-moderna, mas, sobretudo, um instrumento eficaz de possibilidades para a formação do aluno sujeito.

PALAVRAS-CHAVE:

Políticas Públicas, Gestão Escolar, Programas financeiros, Educação de qualidade.

¹ Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT.

ABSTRACT

This article refers to a bibliographic research project and public policies regarding the educational field and its relation to school activities, with an emphasis on school management in the city of Belém – Pará, besides the historical exposure of national public policies. The goal is to show that, throughout our history, these policies have always been geared to meet the desires of the market reality, although in its model of organization or operation, within our society and especially in our schools, they have always advocated a political intention in popular benefit. For many years, the school was heavily used as an ideological instrument of State intentions through various models of educational policies, as ready packages and finished products, true “kits” of education. The methodology is inside reflections about the organization, structuring and applicability of public educational policies, taking as a locus of research a public school State network and a network of municipal public school teaching. In this way, it was possible to know the results in positive and

negative dimensions of the applicability and know the main challenges faced by the school, as well as seek to realize what has been the contribution of public educational policies for the improvement of teaching quality. It was found that, as regards the political intent of the study, education is not only the object of postmodern society call for satisfaction, but, above all, an effective instrument of possibilities for the student's training.

KEYWORDS:

Public Policy, School Management, Financial Programs, Quality Education.

INTRODUÇÃO

Analisando-se historicamente as políticas públicas, iremos verificar que elas foram construídas ao longo do desenvolvimento da ordem burguesa com a emergência do estado nação a partir do século XVI. É nesse período que o estado promove ações para o fortalecimento da ordem burguesa.

No século XVIII, com a revolução industrial e a passagem definitiva para a ordem burguesa, é inaugurada a era dos direitos civis necessários a esta ordem, pois era preciso garantir alguns direitos tais como, o direito de ir e vir, de vender livremente sua força de trabalho e principalmente ter garantia através da força estatal da segurança a sociedade privada.

Nesse sentido, podemos perceber que a introdução dos direitos civis em nossa sociedade veio beneficiar aos interesses burgueses, pois na medida em que foi garantida ao estado a venda da força de trabalho, esse trabalho foi usado como base de sustentação para manutenção da própria sociedade burguesa, e no que diz respeito à sociedade privada, esta sempre foi uma posse do contexto burguês e o trabalhador ficou sempre historicamente reservado o título de sem posses, sem propriedades, embora com a promulgação do direito à sociedade privada, como se fosse este um direito de todos.

No século XIX, a classe trabalhadora começa a se organizar em virtude de suas terríveis condições de vida e trabalho, passando a exigir direitos de organização em sindicatos, assim como também de participação na vida política da sociedade, que antes era reservado aos detentores de renda e aos proprietários de terra.

E dessa forma é que, no século XIX, nascem os direitos políticos e, no século XX, os direitos sociais, que são os resultados de muitas lutas enfrentadas pela classe trabalhadora de nosso país: é o que hoje conhecemos como cidadania.

Para controlar os inúmeros conflitos sociais, o

estado cria as leis e as políticas sociais, porém sua intenção principal foi sempre de fortalecer e manter a ordem capitalista. Além de mostrar-se como ente ilusório acima das classes sociais, ele tem desde a sua origem um papel político e econômico e desenvolve ações econômicas necessárias para o desenvolvimento capitalista.

Cabe ressaltar que no século XX, na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, o estado passa a assumir a sua função de empresário da classe capitalista e começa a desenvolver políticas públicas com os recursos públicos oriundos da obtenção da "Mais Valia" da classe trabalhadora, políticas essas voltadas para o processo de monopolização capitalista.

No que se refere à década de 1930, com a crise do café de 1929, vemos o aparecimento do modelo econômico Fordista Keynesiano, baseado em um modelo de produção em massa e voltado para o consumo em massa, cuja ação estatal era de impulso da economia capitalista, com suas ações direcionadas para as áreas de infraestrutura, política fiscal, monetária, salarial e, por fim, as políticas sociais que proporcionavam salários indiretos à classe trabalhadora, liberando parte de seus salários para incentivá-la ao consumo em massa da população, na tentativa de equilibrar as insatisfações da classe trabalhadora e a construção da sociedade socialista.

Vale acrescentar que, no contexto do mundo bipolar, trataram de demandas eletivas e conquistas da classe trabalhadora por melhores condições de vida.

REFERENCIAL TEÓRICO

O padrão Fordista Keynesiano durou até o final dos anos de 1960 com o esgotamento do mercado europeu e japonês.

Nos anos de 1970, com a eclosão do período de grande crise capitalista, houve a necessidade de um reordenamento societário em nível global. Isso fez com que se desenvolvesse, no modelo

econômico estabelecido, um processo de reestruturação produtiva e a mundialização do capital financeiro, aliado à avançada ideologia neoliberal por todo mundo, dando o impulso necessário para o processo da globalização da economia.

Neste novo panorama econômico, o estado surge como sujeito principal que irá transferir recursos, antes voltados para o provimento das políticas sociais para o interesse do capital financeiro e também será ele o responsável que irá ainda desregulamentar as leis trabalhistas e sociais, abrindo novos mercados e criando as leis necessárias para a implementação do processo de globalização da economia.

Sendo assim, a crise capitalista passa a afetar diretamente a classe trabalhadora em suas condições de vida e trabalho e nas suas formas tradicionais de organização, a partir do desemprego e da precarização do trabalho, que se tornam ameaças constantes.

Levando em consideração o advento das políticas públicas no Brasil, cabe acrescentar que entramos no mundo industrial somente a partir da década de 1930 com políticas econômicas voltadas para a nascente zona urbana e que mantinham o poder no latifúndio, no campo, cabendo ressaltar que o padrão brasileiro de políticas públicas teve como base a cidadania regulamentada e só tinham acesso à proteção social, somente aqueles que possuíam carteira de trabalho assinada, com profissões e sindicato reconhecidos pelo Estado Vargasista, porém aqueles que não possuíam a carteira de trabalho ou que se atravessassem a questionar a ordem vigente, eram tratados com violência e repressão estatal, era um modelo de política social subjugado a política econômica, sendo que o referido modelo atravessou a ditadura Vargas (1930-1945), o período populista (1946-1963), o longo período de ditadura militar (1964-1984) e só foi modificado com Constituição Federal de 1988.

Neste sentido, percebemos que o Estado Vargasista criou as grandes instituições na lógica da benevolência e do primeiro damismo no caso da LBA, e finalmente do favor aos pobres.

Levando este pensamento para as nossas propostas de ações educativas, considerando as políticas públicas que estão sendo desenvolvidas e direcionadas para ela. É exatamente isso que não podemos absorver.

Esse sentimento de benevolência ou mero

assistencialismo precisa ser urgentemente banido de nosso meio com a introdução de uma nova compreensão atrelada ao de Sujeitos de direitos e dignidade cidadã.

Sendo assim, precisamos influenciar para criação de políticas pública favoráveis ao desenvolvimento da educação de qualidade e que precisam ser administradas, de forma competente, no âmbito das escolas públicas municipais e estaduais.

A política social da assistência sempre foi, portanto, cunhada pela lógica do favorecimento e mesmo que muito acobertada pelas “boas intenções políticas”, até atualmente destacadas, sempre estiveram a serviço da manutenção da miséria e dos interesses da elite brasileira sempre e sempre privilegiada.

Sabemos que o processo de construção de cidadania no Brasil esteve por muito tempo marcado pelas restrições da liberdade civil, enquanto que ao executivo coube o papel principal de criar os direitos sociais, pautados na realidade da classe privilegiada, agindo como distribuidor repressor e com ações meramente paternalistas de empregos, favorável à ação política voltada para a negociação com o governo, sem passar pela mediação das representações políticas e sociais necessárias para criação de políticas mais reais e condizentes com as necessidades da população.

Portanto, temos a perceber, que a cultura política brasileira foi uma política que esteve, ao longo dos anos, e ainda em grande parte está, mais voltada para o fortalecimento das representações políticas na sociedade civil, sendo que a cidadania parece bem fortalecida e em contraste com a cidadania.

Com o novo clima democrático, populares da década de 1980, junto a um avanço fenomenal do projeto neoliberal, criaram um padrão de modelo social afirmativo de direitos sociais e direitos de cidadania. Mas foi na década de 1990 que houve um avanço considerável da proposta Neoliberal.

No decorrer dos anos 1990, o debate sobre educação e desenvolvimento esteve pautado pela exigência de responder ao padrão de qualificação emergente no contexto de reestruturação produtiva e de globalização da economia, ocupando lugar de destaque nas políticas educacionais (OLIVEIRA, 2001, p.105).

Na década de 1990, o projeto neoliberal espalhou-se pelo mundo, e realizou, através

de seu programa de ajuste fiscal, uma fase de grande desajuste social, que se espalhou por toda a América Latina, tendo influências consideráveis na qualidade da educação, ou na falta dela, embora embasada por boas intenções provenientes das políticas públicas dessa era e sem negar o avanço que tiveram principalmente no que diz respeito às aberturas democráticas tão necessárias para o enfrentamento de situações limites.

Sabe-se que existem as leis, planos e programas federais que especificam as diretrizes nacionais das políticas públicas de educação no Brasil. São documentos que vão desde a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDBN) de 1996, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997.

Porém, tem-se observado, ao longo dos anos, que as políticas públicas garantidas em nossas principais legislações não têm dado conta de resolver os problemas mais básicos de nossa educação pública brasileira e nem têm garantido a tão falada e esperada qualidade na educação.

No entanto, cabe ressaltar que as políticas públicas educacionais tanto podem favorecer para facilitar ou dificultar os padrões democráticos e isso vai depender, em larga escala, da maneira como essas políticas são construídas e o modo como são executadas.

Os estudos realizados a respeito das políticas públicas educacionais nos vêm mostrando que são grandes os investimentos a favor das mudanças na educação básica nas últimas décadas, especialmente levando em consideração as décadas de 80 e 90, haja vista que estes anos se caracterizam por serem os anos de período democrático, construção da Constituição Federal de 1988 e das grandes mudanças educacionais, sendo que uma delas se estampa na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a qual vem dar novos rumos para a educação, dentre esses rumos, a necessidade da construção de um Projeto Político Pedagógico para as escolas e nova forma de avaliação e modos de organização dos estudos em ciclos de aprendizagens ou em séries e, ainda, vem determinar uma forma de gestão democrática para as escolas.

Ainda considerando a década de 90, foi um período caracterizado por muitas reformas na área da educação, mesclado por um

aspecto renovador voltado para mudanças e investimentos na área da educação.

Entre tantas mudanças, no referido período, está a própria reformulação curricular, ênfase no financiamento da educação, na avaliação institucional e do desempenho escolar, no fluxo escolar, atenção para a formação inicial e continuada dos educadores, etc.

Todo esse procedimento revela, com destaque, o papel do estado nas políticas públicas e sociais, entre eles, a educação, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, que se caracterizou por ser o governo das grandes reformas.

Dentre esses instrumentos favoráveis a abertura, entre tantos estão a própria LDB (9394/96), que atribui novos procedimentos à educação através de ações concretas de participação, tal como o Projeto Político Pedagógico das escolas, os Conselhos Escolares. Enfim, todas as instâncias de gestão democrática.

Atribuímos importância ao Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação criado em 1996, assim como o plano Nacional de educação e outros.

No governo Collor (1990/1992) é quando se inaugura a entrada do projeto neoliberal pelo país, junto a processos consideráveis de desregulamentação, abertura dos mercados externos, incentivo à reestruturação das empresas e a disseminação ideológica por toda a sociedade brasileira, que a causa dos problemas sociais encontrava-se no gigantismo de todo estado e que a solução seria reduzi-lo ao máximo, transferindo as responsabilidades para as empresas, que eram consideradas supostamente mais eficientes.

No campo das políticas sociais, o governo Collor ignorou os preceitos constitucionais, através da desconsideração do sistema de seguridade social existente na Constituição Federal de 1988. Nesta, a seguridade social são a previdência e a assistência.

Assim, a seguridade social requer uma proposta de ordenamento elaborada de forma integral e um ministério da seguridade social, o que não foi realizado.

O governo Itamar preparou o terreno para a continuidade das políticas neoliberais e com o governo de Fernando Henrique Cardoso na década de 1990, pode-se afirmar que as políticas neoliberais foram amplamente e definitivamente

implementadas no estado brasileiro.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, houve um grande avanço em termos de políticas públicas educacionais, cabendo ressaltar que com a era FHC as políticas públicas voltadas para a educação tinham como linha de intenção um projeto nacional ligado à economia, considerando-se que neste governo houve um grande avanço em criação das políticas públicas educacionais, tais como FNDE (Fundo de Desenvolvimento da Educação) Lei 9424/96 PNDE (Plano Nacional da Educação), nos anos 2001 e, entre outras, a própria promulgação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) 9394/96.

Diante disso, nossa intenção principal é pesquisar a aplicabilidade dessas políticas no âmbito de uma escola estadual e de uma escola municipal, no sentido de ver se existe ou não um processo de gestão que seja verdadeiramente competente, no trato das operacionalizações na escola tendo como foco principal o aluno e como produto primordial a educação de qualidade.

Portanto, dentre as questões que nos propusemos a analisar de forma investigativa, no âmbito das duas escolas em questão, a adoção de procedimentos democráticos ou a ausência dele, nos parece ser o ponto de alinhavo para a eficácia ou ineficácia de projetos que se direcionem para aplicabilidade eficiente e eficaz ou ineficiente e ineficaz do desenvolvimento das políticas públicas educacionais a favor ou contra a educação de qualidade.

Sendo assim, a existência de processos de eleição direta para diretores de escola, é uma questão que precisa estar bem resolvida.

Como se sabe a Lei 9394/96 ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Prevê em seu artigo 14 que:

Os sistemas de ensino definirão as normas de Gestão Democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I- participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola;

II- participação da comunidade escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes.

(Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96).

Alguns estados vêm interpretando a questão da participação associada à necessidade de estabelecer o processo de gestão democrática

através do processo de eleições diretas, para diretores de escolas, a exemplo do Estado do Pará.

Outros estados, no entanto, alegam a inconstitucionalidade da questão como o estado de Santa Catarina, haja vista a alegação de que os cargos públicos só poderão ser providos mediante a realização de concursos públicos, ou seja, cargo em comissão por livre nomeação.

Cabe ressaltar, que a LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) - entende que o processo de gestão democrática se estabelece através do processo de participação de todos os elementos da escola e da comunidade externa e que, em nenhum momento, registra a necessidade de processos de eleições diretas para diretores de escola, embora ressalte que as formas ou modelos de participação a serem adotados ficarão a cargo de cada sistema de ensino.

No Estado do Pará, o processo de eleição direta para diretores de escolas já vem acontecendo em muitas instituições escolares, em algumas com base em procedimentos meritocráticos ou corporativistas e essa situação é, em nosso ponto de vista, uma questão que precisa ser ainda, mais debatida no âmbito das instituições públicas municipais ou estaduais.

No Estado do Pará, a SEDUC (Secretaria Estadual de Educação e Cultura) adotou, em 17 de março de 2010, o processo de eleição direta para a escolha de diretores de escolas, através de instrução normativa nº 3 da portaria nº 4, nas quais foram estabelecidos os padrões para a realização da votação, assim como o prazo de realização previsto para até 30 de junho do mesmo ano.

No entanto, muitas escolas estaduais ainda não realizaram seus processos de escolha de diretores através de eleições diretas, pois sua realização precisa que as escolas tenham já construídos os seus Projetos Políticos Pedagógicos e já possuam também seus conselhos escolares devidamente constituídos, os quais deverão se responsabilizar por criar a comissão eleitoral que acompanhará o processo.

Ressalta-se ainda que muitas escolas não deram conta de acabar a tempo com as determinações estabelecidas, especialmente no que se relaciona à construção do Projeto Político Pedagógico e ficaram impossibilitados de instituir o procedimento democrático previsto, pois estavam limitados pela chegada do ano

eleitoral.

Hoje, uma das instituições democráticas existente no estado do Pará é a eleição direta para diretores de escola, muito embora a concretização ou existência de diretores eleitos nem sempre garantam o procedimento democrático, haja vista a existência de algumas situações que se configuram com teor corporativista ou troca de favores com algumas exceções é claro.

Acrescentamos ainda que existem as situações conflituosas em torno da questão da institucionalidade e a contrariedade em acatar determinadas situações de indicações de alguém, que nem sempre conhece a realidade das escolas ou ainda de ter que acatar normativas impostas pelo sistema, como condição para a existência de eleição direta para diretor de escola, ou conviver com possíveis situações corporativistas, e é por isso que deduzimos que a questão da eleição direta para diretores de escola é ainda uma questão que precisa ser bem mais debatida nas escolas, assim como os procedimentos de atuação dos próprios conselhos escolares.

Portanto as questões que denotam nossa inquietude são muitas e uma delas é: O diretor nomeado pelo sistema de ensino, que não conhece a realidade escolar, estaria realmente comprometido com as reais necessidades da escola, ou de outra forma, o diretor eleito não ficaria em algumas situações refém de procedimentos corporativistas? E a escola como ficaria?

É nesse sentido que, sem tomarmos partidos por um ou por outro procedimento, estaremos analisando a ocorrência de um ou de outro processo no âmbito das escolas em questão.

Outra instância de gestão democrática que se constitui em relevante instrumento de eficiência e eficácia no processo de construção de uma educação de qualidade são os conselhos de classe nas escolas estaduais, que desenvolvem seu processo de ensino em regime seriado, como é o caso da maioria das escolas estaduais, ou os conselhos de ciclo existentes nas escolas que desenvolvem seu processo de ensino em regime de ciclos, como é o caso das escolas municipais da cidade de Belém do Pará.

A importância atribuída aos conselhos está no fato de serem eles importantes instrumentos de avaliação, que fazem parte da escola democrática, haja vista que os conselhos

vêm dar uma dimensão horizontal ao processo avaliativo da escola, na medida em que não é mais o aluno o único a ser avaliado, mas de repente, todos os elementos da escola passam pelo mesmo processo de avaliação.

O conselho escolar também se constitui em uma instância democrática de muito valor, com eficaz instrumento de participação, por isso necessita ser refletido em suas linhas de ações e atribuições para que não seja entendido simplesmente como mero instrumento de resolução de questões financeiras, mas que seja resgatada a sua dimensão pedagógica.

Muitas ações desenvolvidas na escola e provenientes do planejamento das políticas públicas educacionais, mesmo que organizadas por meios de supostos projetos coletivos, ainda não realizam sua prática de forma integral devido à inexperiência democrática para real participação e falta de maior envolvimento com a comunidade e com os pais, além do mais, algumas dessas ações, embora mesclados de uma filosofia de autonomia e incentivos às suas construções coletivas, já vem em larga escala, muito definidas pelo MEC em termos especialmente do que a escola pode ou não pode realizar, a exemplo do PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola) e PDDE (Programa Dinheiro Direto nas Escolas), pouco ou nada considerando das reais necessidades das escolas.

Outra questão que surge com grave problema de aplicabilidade diz respeito aos novos projetos de correção de fluxo e mais educação, projetos esses que buscam pela escola de tempo integral, e que embora tragam bons recursos materiais para as escolas, no entanto, ainda pecam por não colocarem, na monitoria dos projetos, pessoal capacitado e com experiências, especialmente nas dimensões da leitura e escrita.

Sendo assim propusemo-nos a realizar estudos sobre as políticas públicas educacionais no ambiente de uma escola estadual e de uma escola municipal, dentro da cidade de Belém do Pará, no sentido de verificar o modo como está sendo realizado, nas referidas escolas, o trabalho escolar com essas políticas e de que forma a gestão escolar manipula esse processo, procurando verificar se sua aplicabilidade tem contribuído para a efetivação de um procedimento educativo que seja mais eficiente e eficaz de forma a contribuir com o processo de formação do aluno entro de uma educação de

qualidade.

Nestes campos de pesquisas e respaldados por significativas bases teóricas, estaremos refletindo sobre os programas financeiros e o modo como estes programas estão associados aos projetos da escola, considerando de extrema importância o desenvolvimento de projetos de inclusão social, da violência nas escolas de combate à evasão e à retenção, entre outras questões, os programas do governo federal, tais como o Mais Educação, Correção de Fluxo, Escolas de Portas abertas etc.

Para a realização deste procedimento, se fez necessária a adoção de uma linha metodológica de trabalho em que se procure falar a respeito das políticas públicas educacionais, tomando, como referências importantes, sustentações teóricas de renomados autores, assim como também colocar em foco nossas próprias experiências educativas, tanto no ramo pedagógico, quanto através da mídia e dos mais diversos meios de comunicação, tais como jornais, revistas, televisão e a própria internet, além de realizarmos a pesquisas nos contextos em questão já divulgados por nós.

Estudar Políticas Públicas Educacionais tem uma importância fundamental para a formação de todo e qualquer educador comprometido com o desvelamento da realidade e da real interpretação, em relação às finalidades da educação, no que diz respeito à sua contribuição na vida e na formação do cidadão, de modo a perceber se as políticas públicas educacionais que estão sendo desenvolvidas neste país estão realmente contribuindo para a construção de uma educação de qualidade, assim como, refletir a serviço de quem está a referida qualidade e se essas políticas estão atendendo às reais necessidades de nossa realidade, considerando uma escola pública estadual e uma escola pública municipal no contexto da cidade de Belém do Pará.

CONCLUSÃO

Neste contexto de pensamento, cabe perguntar que cidadão se deseja formar e para qual sociedade? Para a sociedade da opressão ou para a sociedade da libertação? Para o entendimento do mercado de trabalho? Ou para a serventia mercantil? Enfim, se deseja educar para adaptar ao neo tecnicismo industrial ou para a vida? Como estão sendo empregados os

recursos financeiros provenientes das políticas públicas? Como esses recursos viabilizam ou não o trabalho da inclusão, da acessibilidade? Enfim, em que eles têm contribuído nos eixos pedagógicos da qualidade da educação? Na adequação do ambiente escolar? Na formação e valorização profissional? E finalmente no processo de gestão democrática já instituída nos dispositivos legais.

Portanto, pelas razões acima ressaltadas, é que pensamos ser de grande relevância para nossa formação como educadores, o conhecimento dos mecanismos de construções das políticas públicas educacionais, que estão sendo desenvolvidas em nosso país e em especial em nossa realidade existencial, e de que forma elas estão, ajudando ou não, para possibilidade de materialização de uma educação de qualidade.

Nosso procedimento não se esgota em dar conta de todas as respostas, mas de pelo menos estabelecer um paralelo de comparação dentro de um determinado contexto escolar no âmbito da rede pública de ensino, no qual escolhemos uma escola estadual e uma escola municipal, situada na cidade de Belém do Pará, para ser o lócus de nossa pesquisa.

Por isso, conhecer as reais intenções das políticas públicas educacionais brasileiras e, especialmente, das duas amostras de nossa realidade de Belém do Pará tornou-se assunto de tal relevância para nós, na medida em que precisamos tomar partido a favor de uma educação de qualidade, pois diante dos apelos da sociedade vigente, envolvidas basicamente pelos interesses de mercado, com fins da globalização da economia e das especializações do conhecimento, cuja educação não consegue escapar das intenções estatais e industriais, no sentido de, ser o principal veículo de comunicação das intenções de ambos, é que já não podemos ficar alienados a esse contexto.

Com base nesta compreensão, é que resolvemos pensar mais cuidadosamente a respeito desse arranjo político com intencionalidade para a educação, a fim de compreender mais concretamente se as políticas públicas educacionais, ora estabelecidas, estão realmente contribuindo para uma educação de qualidade, pelo menos no contexto dessas duas escolas.

Sabe-se que, na tentativa do enfrentamento dos problemas educacionais deste país, as

políticas públicas educacionais focam o objetivo de contribuir com um plano de ações em busca de uma qualidade, em prol do trabalho educativo desenvolvido nas escolas, assim como também na qualidade dos resultados deste trabalho, no que se refere à produção dos alunos, à valorização profissional e à adequação do ambiente escolar, supostamente garantido, através dos fundos de manutenção ao Ensino Básico, como é o caso do PDE PDDE e outros recursos disponíveis para as despesas com a educação.

Nesse entendimento é que nossa realidade imediata (cidade de Belém do Pará) nos surge como interessante foco de interesses, haja vista a necessidade de leitura dessa realidade que se faz urgente, não só para que possamos compreender os problemas emergentes da ordem social, econômica, política e cultural da realidade, a qual temos vínculo de pertencimento, mas para que também possamos adquirir segurança necessária para as organizações de ações que fluam como adequada política de intervenção pedagógica.

Cabe lembrar que, dentre os inúmeros desafios relativos ao trabalho educativo, estão: as experiências educativas não exitosas, o fenômeno da evasão e da retenção escolar, a ineficiente política inclusiva, a ausência de um projeto político pedagógico feito de forma coletiva e que esteja sempre se reconstruindo, a má formação profissional, a indefinição de um plano de cargos e salários, a necessidade de uma inter-relação da família com a escola, as últimas modificações ora existentes no modelo familiar, o qual na atualidade apresenta um novo perfil da família moderna, e o próprio fenômeno da violência e, entre outros problemas, a implementação de uma eficiente política de inclusão social.

Diante da questão, decidimos pelo estudo e pesquisas a respeito das políticas públicas educacionais e sua relação com as ações escolares, tentando estabelecer uma comparação entre processo e produto dessas políticas nos contextos escolares, considerando especialmente o estudo e a aplicação das políticas públicas educacionais, com ênfase na gestão escolar, na cidade de Belém do Pará, no sentido de nesses dois contextos apresentarmos uma proposta de intervenção pedagógica.

REFERÊNCIAS

Alves Giovani et Trabalho e Educação: “Condições do Capital Global”, Editora Práxis, 2006

Anderson, P. “Balanço do Neoliberalismo: as Políticas Sociais do Estado Democrático” Rio de Janeiro. Paz e Terra 1995.

Brasil, congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil: Brasília, Imprensa oficial, 2001.

Caderno de Pesquisa. São Paulo, Cortez, 1997 (n. especial: Globalização e Políticas Educacionais na America Latina.)

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9664) Brasília, 1996.

Gentili, P (org). “Pedagogia da Exclusão”: Critica ao neoliberalismo Petrópolis: Vozes, 1995.

Ministério de Educação e desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF 1997

Plano Nacional de Educação (1072). Brasília. 2001.

Ministério da Educação- Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação PRASEM III

Oliveira, R. P. Direito à Educação in ADRIÃO T. (Org.) Gestão Financiamento e Direito à Educação. São Paulo Xanã, 2001.